

A Mulher e as Forças Armadas Portuguesas

José Hermínio Estevão Alves

Tenente Coronel de Artilharia

Assessor no Gabinete do General Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas

*"... Brites de Almeida abatera sete castelhanos
com a pá do seu forno...*

*... Negociava em gado e batia-se a varapau
de feira em feira"*

Rocha Martins, História de Portugal

INTRODUÇÃO

A chegada da mulher ao palco da guerra no desempenho de papéis na primeira linha do combate poderá considerar-se um estádio avançado de uma longa luta de emancipação desencadeada com a revolução industrial e na sequência do envolvimento feminino na chamada "força do trabalho". Há cerca de dois séculos atrás, o estreito laço entre a cidadania e "o direito a combater" era um exclusivo dos indivíduos livres e do sexo masculino. Só os homens eram considerados cidadãos porque, para além de deterem a capacidade efectiva de ser eleitos e elegerem, a eles cabia o desempenho das tarefas militares.

A emergência dos movimentos feministas visou alterar uma situação injusta para as mulheres. Mary Wollstonecraft, ao apresentar em 1792 a sua obra "Vindication of the Rights of Women", foi a pioneira do início da luta de libertação "da tirania do homem sobre a mulher". Desde então, os movimentos feministas que arrancaram nos Estados Unidos da América e alastraram à Europa encetaram uma luta difícil e morosa pela consagração dos direitos de cidadania da mulher.

Foi nos Estados Unidos da América, no estado do Wyoming, pela primeira vez em 1869, que as mulheres viram reconhecido o direito de voto, o qual se alargou a nível nacional em 1920, meio século depois.

Na Europa, o direito de voto pela mulher foi adoptado, sucessivamente, em vários países: Dinamarca (1915), Alemanha (1918), Luxemburgo e Holanda (1919), Grã-Bretanha (1918 e 1928) e Irlanda (1922). Contudo, só no fim da II Guerra Mundial esse direito se consagrou em França (1944), na Itália (1945) e na Bélgica (1948). Em Portugal e Espanha, só com o advento dos regimes democráticos, na década de setenta, se pôde falar de igualdade de direitos entre homens e mulheres.

A tradicional exclusividade de tarefas masculinas e femininas esbateu-se e o papel da mulher na família foi sofrendo alterações como consequência

da sua integração profissional em áreas tradicionalmente reservadas aos homens. A incorporação de mulheres nas Forças Armadas pode considerar-se como um resultado do longo processo de defesa da igualdade de tratamento e oportunidades entre indivíduos de ambos os sexos. No entanto, considerados apenas os desenvolvimentos do século XX, verifica-se que a participação das mulheres nas Forças Armadas constituiu um processo gradual que teve o seu início em períodos críticos da História. O papel das mulheres nos serviços de apoio à actividade militar assume particular importância durante as I e II Guerras Mundiais porque a sua admissão permitiu uma maior disponibilidade dos homens para as tarefas essencialmente combatentes. Durante a II Guerra Mundial as Forças Armadas dos Estados Unidos atingiram o efectivo de cerca de 265 000 mulheres envolvidas em tarefas de apoio. Na União Soviética, à semelhança do que já ocorrera na I Guerra Mundial, a presença de mulheres nas fileiras do Exército Vermelho revelou-se de extrema importância. A drástica redução do universo masculino de recrutamento e o prolongamento do conflito levaram à incorporação de um efectivo de cerca de um milhão de mulheres, destinadas a todo o tipo de especialidades, nomeadamente, de infantaria, blindados e artilharia. Com a desmobilização no final da guerra esses números baixaram substancialmente, tendo a presença das mulheres atingido valores irrelevantes.

A partir da década de 70, a incorporação das mulheres adquiriu papel de relevo nas Forças Armadas dos Estados Unidos da América.

Em 1972, as mulheres atingiram neste País um efectivo de 45 000, cerca de 2% do total dos militares. Mas com a criação neste País de um instrumento militar baseado apenas em voluntários – All Volunteer Force (AVF) – aliada às crescentes dificuldades de recrutamento e ao estatuto social assumido pelas mulheres, o Congresso americano aboliu qualquer percentagem limitativa da participação feminina nas Forças Armadas. Presentemente, existem cerca de 220 000 mulheres nas Forças Armadas dos Estados Unidos, constituindo cerca de 14% do efectivo total de militares. Nenhuma outra Nação no mundo detém uma percentagem tão elevada. Esta nova situação iniciada nas Forças Armadas dos Estados Unidos estendeu-se, nomeadamente, aos países integrantes da OTAN. As alterações estratégicas entretanto, ocorridas na Europa, no decorrer da década em curso, vieram contribuir para o acentuar desta situação.

O redimensionamento em pessoal e material, levado a cabo nas Forças Armadas dos países da OTAN, conjugado com a necessidade constatada

de alargar o mais possível o recrutamento voluntário como consequência do abono da conscrição, veio a institucionalizar em definitivo o papel das mulheres nas Forças Armadas.

Nos últimos cinco anos assistiu-se ao aumento significativo do número de mulheres nas Forças Armadas, quer ao nível dos quadros permanentes, quer ao nível do regime de contrato, fruto de duas tendências concorrentes:

- Uma, resultante da diminuição do número de jovens do sexo masculino que pretendem aderir à carreira militar ou simplesmente servir como contratados;
- Outra, derivada da crescente dificuldade em recrutar homens em áreas de formação onde as mulheres são naturalmente maioritárias, tais como secretariado, tradutores, serviços de saúde.

O CASO PORTUGUÊS

Em Portugal, a primeira vez em que cidadãos do sexo feminino participaram em actividades militares remonta à I Guerra Mundial quando o Corpo Expedicionário Português (CEP) enviado para França integrou mais de 10 voluntárias graduadas em alferes, após a conclusão de um curso de primeiros socorros no Hospital Militar de Belém.

Tendo partido para França no início de 1918, estas mulheres, as pioneiras portuguesas do Serviço Militar Feminino, cerca de dez anos depois, foram promovidas ao posto de tenente.

Na sequência da participação da mulher portuguesa em apoio do CEP em França, o Governo da I República, por decreto de 28 de Agosto de 1918, instituiu:

"Tendo-se reconhecido a necessidade de preparar a mulher para desempenhar condignamente o papel de enfermeira militar e de criar a enfermagem feminina nos hospitais do país, nos campos de batalha e noutros estabelecimentos congéneres:

....

Artigo 1º – Serão criadas junto dos hospitais militares de 1ª classe, em Lisboa e Porto, escolas de enfermeiras militares destinadas ao Exército.

....

Artigo 22º – É o Secretário de Estado do Governo autorizado a recrutar as enfermeiras que forem necessárias para o Serviço de Saúde do Exército.

....

Artigo 31º – É aplicável às enfermeiras militares o disposto no Regulamento Disciplinar do Exército para os oficiais”.

Outro momento marcante da presença feminina nas Forças Armadas Portuguesas veio a acontecer quando em 1961 foi criado o quadro das enfermeiras pára-quedistas da Força Aérea Portuguesa. O quadro que na época se formou, permaneceu aberto entre 1961 e 1973. Embora prevendo 9 oficiais e 12 sargentos, nunca esteve completo, apesar de terem sido feitos durante o referido período, 12 cursos de pára-quedismo para enfermeiras, aos quais, concorreram 126 mulheres voluntárias, sendo brevetadas 48.

Durante a guerra em Angola, Moçambique e Guiné, aquelas mulheres prestaram, algumas ao longo de 10 anos, um inestimável serviço em unidades de pára-quedistas e da Força Aérea, com destaque para a sua participação nas evacuações aéreas realizadas em pleno teatro de operações da Guiné.

O sucesso desta iniciativa parece ter conduzido a que a Força Aérea Portuguesa não deixasse de admitir mulheres nos seus quadros, mesmo após o fim da guerra no ex-Ultramar.

No ano de 1968, em pleno fluir da guerra no ex-Ultramar foi publicada a nova Lei do Serviço Militar – Lei nº 2135, de 11 de Julho – que no nº 2 do seu Artigo 2º referia que “*Os cidadãos portugueses do sexo feminino podem ser admitidos a prestar serviço militar voluntário*”.

Em 1972, foi publicada uma portaria que estabeleceu as condições para admissão de pessoal feminino voluntário para as especialidades de médicas e farmacêuticas, em qualquer Ramo das Forças Armadas, definindo o período mínimo de um ano de prestação de serviço, com possibilidade de prorrogação e prevendo a sua graduação até tenente-coronel ou capitão-de-fragata, conforme o Ramo. Nos anos seguintes à publicação desta portaria apenas a Força Aérea admitiu mulheres que vêm desempenhando funções no seu Serviço de Saúde, na classe de Oficiais.

Após o fim da guerra do Ultramar com o advento do 25 de Abril, o Exército, em 1975, difundiu uma directiva para que fossem admitidas

mulheres para preencher 20 vagas nos quadros de farmácia, estomatologia e veterinária. Concorreram 200 jovens licenciadas que chegaram a receber formação básica na Academia Militar, entretanto preparada, para o efeito. No entanto, o evoluir dos acontecimentos políticos veio impedir a concretização desta iniciativa.

O interesse por esta questão só tornou a reavivar-se em 1984, quando foi anunciada uma proposta de lei, elaborada pelo Ministro da Defesa Nacional, onde se perspectivava o alargamento da obrigatoriedade do serviço militar às mulheres. Invocando a ausência de recursos financeiros e de condições estruturais necessárias, este diploma proclamava a dispensa das obrigações militares para “os cidadãos do sexo feminino”, abrindo-se, todavia, a possibilidade de prestação voluntária do serviço efectivo em conformidade com os limites de idade e os quantitativos a definir para cada Ramo das Forças Armadas.

Mais tarde, em 1986, foi apresentado para discussão parlamentar, um novo anteprojecto de Lei do Serviço Militar para consagrar a dispensa de prestação de serviço militar obrigatório pelas mulheres, ficando ressalvado, no entanto, a sua prestação sob a forma de voluntariado.

Só no início da década de 90, foram criadas as condições que abriram, em definitivo, as Forças Armadas à prestação de serviço militar pelas mulheres.

Tal facto, resultou, fundamentalmente, de dois actos legislativos concorrentes: uma nova Lei de Serviço Militar e uma portaria reguladora da prestação de serviço militar pelas mulheres.

A nova Lei de Serviço Militar aprovada em 1991, preconizou um serviço efectivo normal na sua generalidade, por um período de 4 meses, em simultâneo com um serviço militar, em regime de contrato, para homens e mulheres, durante um tempo mínimo de 24 meses e máximo de 8 anos, antecedido de um período de voluntariado.

É também esta lei que cria as condições legais que irão permitir, nomeadamente a partir de 1992, o ingresso das mulheres nas Escolas de Formação de Oficiais e Sargentos com destino aos Quadros Permanentes das Forças Armadas.

Desde então, a adesão das mulheres portuguesas às Forças Armadas tem sido um sucesso, o que se espelha no quadro abaixo, referente aos quantitativos de pessoal feminino presentes em serviço nas fileiras em Novembro de 1998:

RAMO CATEGORIA	MARINHA	EXÉRCITO	FORÇA AÉREA
OFICIAIS	55	166	72
SARGENTOS	17	414	32
PRAÇAS	251	978	544
TOTAIS	323	1558	648

O FUTURO

É comumente aceite que um objectivo estrutural para as Forças Armadas de um efectivo com cerca de 40900 homens e mulheres, constituirá o suporte mínimo em recursos humanos para corporizar um instrumento militar capaz de satisfazer as necessidades de defesa militar de Portugal e os compromissos internacionais assumidos.

O actual efectivo de 2529 mulheres já representa 6,2% desse objectivo estrutural. No entanto, algumas correntes de pensamento sobre as Forças Armadas admitem, como aceitável, uma percentagem máxima de 8% de pessoal militar do sexo feminino, ou seja cerca de 3270 mulheres.

Aqui poderá levantar-se uma interrogação quanto ao quantitativo de mulheres nas Forças Armadas no futuro.

De facto, a recente desconstitucionalização do Serviço Militar Obrigatório imporá que, passado um período de transição, o serviço militar efectivo seja exclusivamente assegurado por pessoal permanente e em regime de contrato, homens ou mulheres.

Havendo uma diminuição do número de jovens do sexo masculino que pretendem ingressar nas Forças Armadas, mesmo não existindo limites fixados, qual será então, a percentagem adequada em mulheres? 10%? 15%? 30%? 50%? Ou mais?

De acordo com um estudo realizado recentemente no Exército dos Estados Unidos, apenas 10% das mulheres conseguem atingir os requisitos físicos mínimos em 3/4 das especialidades existentes.

Assim sendo, qual será então, por exemplo, a percentagem adequada em mulheres nas unidades da 1ª linha de combate?

Actualmente, nas diferentes Forças Armadas que integram a OTAN, existem mulheres a pilotar aviões de transporte, de reabastecimento, de combate, desempenhando também funções de instrutoras de pilotagem, servindo em navios, em unidades operacionais terrestres, nas polícias militares, nos sistemas de comando e controlo ou ainda, nos sistemas logísticos. A avaliação feita ao comportamento das mulheres militares nessas funções tem demonstrado que os seus níveis de prontidão e disciplina em nada ficam a dever aos homens. Na Guerra do Golfo, por exemplo, a mulher não combateu “corpo a corpo” mas, nas outras actividades militares em que participou, fê-lo com brilhantismo.

Daqui poderá inferir-se que não existem respostas concretas e definitivas para as interrogações levantadas.

No final deste século e no limiar do milénio que se avizinha está em curso uma profunda transformação estrutural nas Forças Armadas ditada pela evolução tecnológica, a que se designou de “Revolução nos Assuntos Militares” (Revolution in Military Affairs ou RMA). Esta transformação caracterizada pela adopção de comunicações digitais, sistemas laser, sistemas GPS e processamento informático de dados, aliados aos sistemas de vigilância aérea e espacial, são o prenúncio de uma nova era no campo de batalha.

A presença no campo de batalha de Forças Armadas equipadas com as novas tecnologias de informação e de vigilância e detecção tridimensional e com as chamadas armas “inteligentes”, constituirá, por si só, uma nova forma de dissuasão eficaz. Futuramente, as novas formas de intervenção das Forças Armadas, nomeadamente, dos países membros da OTAN, privilegiarão, por certo, a dissuasão em detrimento do combate.

Por outro lado, o soldado do século XXI utilizará equipamentos que aumentarão substancialmente a sua sobrevivência em combate. Vestirá fardas impermeáveis e blindadas e disporá de câmaras de infravermelhos e visores térmicos que lhe permitirão detectar, nomeadamente, armadilhas e minas anti pessoal, em quaisquer condições climatéricas, de noite ou dia, sem as fazer detonar. Disporá também de uma panóplia de armas individuais não letais que paralisarão o inimigo e de armas laser capazes de identificar as armas inimigas e destruir os seus sistemas ópticos.

Estas realidades impostas pelas novas tecnologias, contribuirão para esbater, pouco a pouco, a diferença entre o homem e a mulher, em especial, nas funções de combate, tornando, provavelmente, irrelevante a questão percentual do elemento feminino nas Forças Armadas.

As Forças Armadas Portuguesas terão ainda, um longo percurso a percorrer para recuperar um certo atraso tecnológico em que se encontram. Contudo, relativamente à forma como decorreu a integração da mulher nas suas fileiras, podem constituir um exemplo para as suas congéneres, sobretudo no que se refere à sua convivência e ao respeito mútuo entre militares de ambos os sexos.

BIBLIOGRAFIA

- Defesa Nacional, *Legislação I*
- Carreiras, Helena, *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*, Cosmos, 1997
- Carrilho, Maria, *As Mulheres e a Defesa Nacional*, Cadernos Condição Feminina n° 30, 1990
- Soares, Brig. Bento, *A Mulher e as Forças Armadas*, 1991